

**A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (2010–
2023) E OS PROCESSOS DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO REGIONAL
ODS (4, 8 e 9)**

Andrei Vanderlei de Siqueira Alves¹
Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU).
E-mail: direcao@fccidade.com.br.

Celso Viviani Alves²
Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU).
E-mail: celso@fccidade.com.br.

Dra. Andréia Fogaça Rodrigues Maricato³
E-mail: andreia.fmaricato@unitau.br

Resumo:

O artigo estuda a evolução do Ensino Superior em São José dos Campos fazendo um recorte temporal entre 2010 e 2023, relacionando-a aos processos históricos de industrialização, expansão urbana e desindustrialização que configuraram a economia e desenvolvimento regional. Por meio de uma abordagem qualitativa, o estudo de caso baseado no município de São José dos Campos e a pesquisa bibliográfica-documental, analisa os dados do Inep, Semesp e literatura sobre a relação do ensino superior com as teorias do desenvolvimento regional. Os resultados mostram crescimento acelerado: as Instituições de Ensino Superior (IES) crescem de 30 para 88, os cursos de graduação aumentam de 276 para 2.309 e as matrículas sobem de 26.320 para 43.640. A expansão foi alavancada pelo setor privado (88% das instituições) e pela proliferação de cursos tecnológicos, hoje quase metade da oferta. Paralelamente, o corpo docente tornou-se mais qualificado: os doutores alcançaram 58% em 2023, superando a média nacional. Contudo, a taxa de concluintes avançou em ritmo bem menor, revelando obstáculos de permanência e qualidade. O estudo também demonstra que a perda de dinamismo industrial reduziu emprego e renda, impulsionando a demanda por formações mais curtas e adaptáveis. À medida que as cadeias produtivas encolhem, diplomas deixam de se converter em “funcionamentos” valiosos (Sen; Nussbaum), gerando subemprego ou migração qualificada e reduzindo o retorno privado da educação. O crescimento de cursos tecnológicos que subiu de

99 para 1.108 reflete a tentativa de adaptar-se a nichos de serviços e TI, mas não recompõe o efeito multiplicador industrial analisado por Hirschman. Conclui-se que a região vive uma “dissonância desenvolvimentista”: a oferta acadêmica cresce mais rápido do que a capacidade da economia em absorver capital humano, comprometendo o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Palavras-chave: Ensino Superior; São José dos Campos; Processos históricos; Desindustrialização; Desenvolvimento Regional

Introdução

A cidade de São José dos Campos ocupa uma posição singular no contexto nacional, mormente no que diz respeito à região em que está inserida, a saber a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale). O protagonismo de São José dos Campos é uma consubstanciação de alguns fatores, como fortes ciclos de industrialização, desenvolvimento em tecnologia e processos acelerados de expansão urbana.

A acelerada expansão do ensino superior em São José dos Campos, que viu o número de IES quase triplicar e a oferta de cursos saltar de 276 para 2.309 entre 2010 e 2023, ocorreu em paralelo a um processo de reestruturação produtiva marcado pela perda de peso da indústria de transformação e pela consequente redefinição das dinâmicas de emprego e renda na Região Metropolitana do Vale do Paraíba (RMVale).

Diante do expressivo dispêndio, torna-se imperioso observar como as transformações produtivas contribuíram para a configuração do ensino superior local. Portanto, o problema central que se pretende responder neste opúsculo ensaio acadêmico é sobre: como os processos históricos de industrialização regional contribuíram para o desenvolvimento e configuração do ensino superior em São José dos Campos entre 2010 e 2023.

O objetivo geral deste artigo está em analisar de que forma essas dinâmicas socioeconômicas impactaram a criação de IES, a oferta de cursos e o perfil do corpo docente, identificando convergências e tensões entre demandas produtivas e formação acadêmica.

Revisão da literatura

Há um entendimento sólido no sentido de apontar para o fato de que a presença de instituições de ensino superior exerce um papel importante para o desenvolvimento nacional, promovendo transformações estruturais, uma vez que produz conhecimento científico aliado às técnicas utilizadas no setor produtivo, o que foi denominado por Kuznets (1986) como “crescimento econômico moderno”. Entretanto, o papel que a IES (Instituição de Ensino Superior) desempenha para o desenvolvimento regional (ou subnacional) ainda tem sido alvo dos estudiosos e desenvolvedores de políticas públicas. Descobrir qual seria a contribuição da IES para a redução de desigualdades espaciais que são consequências da dinâmica desigual do sistema econômico tem sido o principal foco. Tal perspectiva tem sido denominada nas pesquisas recentes como a “terceira missão das universidades”. (Neto, Vieira, Macedo, 2022) Um dos fatores que contribuem para a dificuldade de se determinar com precisão esta missão das IES seria a ampla quantidade de termos utilizados para se referir ao fenômeno, sendo alguns deles originado na literatura inglesa: “third stream” (terceiro fluxo), community/social engagement (engajamento comunitário/social), “third level” (terceiro nível), dentre outras terminologias (Neto, Vieira, Macedo, 2022).

Enquanto a primeira missão das instituições de ensino superior seria o ensino, ao formar recursos humanos (por meio da criação de cursos de graduação e pós-graduação); a segunda missão seria a pesquisa, através da produção de conhecimento científico no contexto do espaço acadêmico. (Neto, Vieira, Macedo, 2022) A terceira missão se consubstancia na atividade que ultrapassa o âmbito acadêmico, ao proporcionar benefícios econômicos e sociais, por meio de múltiplos canais, como: projetos de inovação, serviços tecnológicos, ações culturais, políticas públicas. (Molas-Gallart et al., 2002)

A Teoria das Capacidades, de Amartya Sen e Martha Nussbaum, ressignifica o conceito de desenvolvimento humano, ao estar ancorada no bem-estar e progresso dos indivíduos e nas suas respectivas habilidades e capacidades para tomar decisões e viver uma vida digna. (Santos, 2023) Essa perspectiva sugere que o verdadeiro desenvolvimento deve ser avaliado pela habilidade das pessoas de fazer escolhas significativas e de alcançar funcionamentos que consideram valiosos, como educação, saúde e participação social. Sen introduziu os conceitos de "capacidades básicas" (Santos, 2023), que incluem os mínimos necessários para uma vida digna, e "funcionamentos", que são as realizações concretas das pessoas em suas vidas. A

liberdade de escolha é central nesta teoria, pois permite que os indivíduos exercitem sua agência e busquem metas que considerem essenciais para o florescimento humano. Nesse sentido, a Teoria das Capacidades vai além de métricas convencionais, ao considerar também as barreiras sociais, econômicas e culturais que limitam o acesso a essas oportunidades.

Já Bourdieu (Nogueira e Nogueira, 2002), traz o conceito de capital cultural como central para compreender a relação entre a origem social, acesso e sucesso no ensino. Nogueira e Nogueira (2002) afirma que o capital cultural é definido como um conjunto de conhecimentos, habilidades, disposições e valores que são culturalmente legitimados e adquiridos por meio da socialização, sendo dividido em três formas principais: o incorporado, que corresponde a hábitos e disposições internalizados durante a socialização familiar, como linguagem e gosto artístico; o objetivado, representado por bens culturais materiais, como livros e obras de arte; e o institucionalizado, que se manifesta em títulos e diplomas educacionais reconhecidos socialmente.

Segundo Dib, Dutra e Vieira (2017), destaca a prevalência do tecnicismo na educação brasileira, especialmente consolidado durante o período militar, como uma abordagem que fragmentou o conhecimento e reduziu o papel do professor a um mero intermediário de verdades científicas. Essa perspectiva disciplinar promoveu uma visão estreita da educação, negligenciando a construção colaborativa e integral do saber. A crise do paradigma tecnicista e da razão moderna (Dib, Dutra e Vieira, 2017), impulsionada por avanços como a teoria da complexidade e a mecânica quântica, revelou a inadequação do reducionismo na compreensão da realidade. A ciência da complexidade, proposta por Edgar Morin, oferece uma abordagem sistêmica e interconectada, permitindo superar a visão fragmentada e promover uma educação que integre diferentes dimensões (econômica, social, psicológica e cultural) em um todo dinâmico e interdependente (Dib, Dutra e Vieira, 2017).

Uma vez percebida a relação que existe entre as atividades realizadas pelas instituições de ensino superior e o desenvolvimento da região, faz-se mister compreender como se dá a qualificação desses profissionais e sua relação tanto interna como externa ao meio acadêmico. De acordo com Guimarães (2008), a qualificação é simultaneamente um processo e resultado, sendo um atributo pessoal legitimado por mecanismos sociais de reconhecimento, que vão além da simples

escolarização. Nesse sentido, é possível perceber que a qualificação não se trata apenas de uma questão individual, mas se manifesta e é legitimada de forma coletiva.

De certo, o utilitarismo do conhecimento devoto à força produtiva e à mercadoria, na perspectiva de Braverman (1974), transformaria o trabalho de um processo de transformação da realidade, por meio da criatividade e habilidade humana, para a formação de um ser completamente dependente do sistema capitalista com o objetivo precípua de sobreviver. Nesse sentido, a qualificação no meio acadêmico estaria relacionada a um ato de sobrevivência do docente ou a um processo de autonomia na busca pelo desenvolvimento da pesquisa e ciência? Ademais, vale ressaltar que o conceito de qualificação, antes intimamente ligado aos aspectos cognitivos, passaria a se designar a partir do conceito de competências, ultrapassando o debate sobre o “saber fazer” e a aquisição desse conhecimento (Guimarães, 2008).

Do ponto de vista estrito da formação docente, observa-se a necessidade de que esta se constitua entre a práxis e a teoria, devendo ser inicial e continuada. O docente deve ser capaz de exercer a sua função com compromisso político de transformação da realidade, desenvolvendo um discente dedicado a exercer de maneira plena a sua cidadania (Diogo, Bianchetti, 2020).

No que diz respeito ao ensino superior no contexto brasileiro, vale salientar que existem dois momentos distintos que promoveram um movimento de expansão e reconfiguração desde a LDB/1996, a saber: período de 1996 a 2002, em que se privilegiou a privatização do ensino superior, dissociando a pesquisa em relação ao ensino e à extensão, principalmente nas IES privadas; e, período de 2003 a 2010, momento em que algumas medidas promoveram descentralização, expansão e criação de universidades federais em todo o território brasileiro, após um longo período de estagnação (Pinheiro, Benevides, 2015).

Estes movimentos privatizaram e criaram parcerias público-privadas, que promoveram a aceleração da oferta, mas transferiram riscos e custos para qualificação do docente; trouxeram uma flexibilização contratual (multiemprego, temporariedade, gratificações) que tornou-se uma regra, promovendo um impacto direto na autonomia acadêmica e na capacidade de pesquisa; contribuíram para a lógica eficiência/eficácia, levando o docente à intensificação e individualização do trabalho, perda da autonomia pedagógica com práticas de ensino “padronizáveis” e precarização do trabalho; e, por fim, incentivaram a abertura de espaço para o setor

privado, através do crédito educativo (FIES), em que o Estado assume um papel de regulação avaliativa (SINAES e ENADE), mas se desresponsabiliza do financiamento massivo (Pinheiro, Benevides, 2015).

Método

O desenvolvimento dessa pesquisa científica se deu por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória-descritiva, fundamentada em um estudo de caso centrado na cidade de São José dos Campos, no período de 2010 a 2023. Este artigo tem por objetivo precípuo compreender a forma como os processos históricos de industrialização, tecnificação e expansão urbana contribuíram para a constituição e desenvolvimento do ensino superior local. Destarte, optou-se por um caminho metodológico ancorado na pesquisa bibliográfica e documental, conforme classificação de Marconi e Lakatos (2017) e Gil (2008).

A pesquisa bibliográfica concentrou-se na análise de artigos científicos e obras literárias que abordam a temática do desenvolvimento regional e a expansão e transformações no ensino superior brasileiro, bem como sobre os processos históricos de industrialização e desindustrialização no Brasil e na região Metropolitana do Vale do Paraíba (RMVale). Já a pesquisa documental permitiu examinar dados e registros oficiais, como relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), documentos da SEMESP, painéis estatísticos do portal QEdu, além de legislações, planos e documentos institucionais das IES da região, de caráter público.

Os materiais foram selecionados por meio das plataformas como Google Acadêmico, SciELO, Science Direct, Web of Science e o Portal de Periódicos da CAPES, além de fontes governamentais, como o “portal gov.br”. O recorte documental considerou, principalmente, o período entre 2010 e 2023, alinhando-se ao marco temporal estabelecido para a análise.

A estratégia de análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), com o objetivo de se identificar as tendências e padrões nos dados educacionais e contextos levantados pela pesquisa. Desta forma, a análise foi desenvolvida fundamentada em três aspectos: a expansão quantitativa do ensino superior em São José dos Campos, observando o contexto estadual e nacional; a qualificação docente e seus reflexos no desenvolvimento regional; a contribuição que as transformações socioeconômicas locais provocaram sobre o perfil e a oferta de

cursos no ensino superior. Ademais, foi adotado como eixo interpretativo dos dados analisados os processos de industrialização e desindustrialização como variáveis estruturantes para a compreensão do desenvolvimento regional e suas respectivas contribuições no ensino superior.

Resultados e discussão

Ensino Superior em São José dos Campos, São Paulo

A rede privada do estado de São Paulo concentra 92,7% das matrículas em cursos a distância (EAD), apresentando uma leve redução de 0,7 ponto porcentual em comparação a 2022. Nos cursos presenciais, essa concentração é de 76,7%. Entre 2021 e 2022, as matrículas em cursos presenciais registraram uma redução de 5,0%, com quedas de 6,2% na rede privada e 0,9% na pública. Em contrapartida, os cursos EAD tiveram um aumento de 20,6% no mesmo período, sendo 19,8% na rede privada e 32,6% na pública (SEMESP, 2025).

Em 2022, 62,5% das novas matrículas foram em cursos EAD. No ensino presencial, houve um aumento de 14,7% no número de ingressantes, com crescimento de 18,3% na rede privada. Nos cursos EAD, o número de ingressantes aumentou 30,6%, com 28,6% desse crescimento concentrado nas instituições privadas. No total, 345 mil estudantes concluíram a graduação em 2022, dos quais 34,0% eram de cursos EAD. Nos cursos presenciais, o número de concluintes caiu 10,4%, com uma redução de 13,2% na rede privada. Já no EAD, houve um aumento de 10,0%, sendo 7,9% desse crescimento registrado na rede privada (SEMESP, 2025).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), é possível observar a evolução da realidade do município de São José dos Campos de 2010 até 2023:

Quadro 2 – Mapeamento Geral do Ensino Superior em São José dos Campos

Ano	IES	Cursos	Ingressos	Matrículas	Concluintes
2010	30	276	10.989	26.320	3.854
2011	27	271	12.843	29.923	4.347
2012	28	309	16.150	33.262	4.383
2013	28	328	15.993	36.765	4.398

2014	29	397	19.680	39.199	4.918
2015	30	430	16.857	40.719	5.634
2016	31	471	16.367	39.845	5.374
2017	38	562	15.329	41.012	5.653
2018	47	692	18.136	43.872	6.433
2019	55	912	19.870	42.166	6.922
2020	63	1261	19.803	41.223	6.375
2021	72	1566	18.701	38.482	6.621
2022	82	1865	26.728	41.749	5.948
2023	88	2309	24.026	43.640	6.478

Fonte: Brasil, 2025

O quadro evidencia uma significativa expansão do Ensino Superior em São José dos Campos entre 2010 e 2023. O número de Instituições de Ensino Superior (IES) passou de 30 para 88, enquanto os cursos ofertados aumentaram de 276 para 2.309. Esse crescimento resultou em um aumento das matrículas, de 26.320 para 43.640, embora o número de ingressantes tenha variado ao longo do período, com um pico de 26.728 em 2022 e retração em 2023. A pandemia de COVID-19 impactou negativamente os ingressos entre 2020 e 2021, mas os dados mostram uma recuperação subsequente. Apesar da expansão, o número de concluintes cresceu em proporção menor, indo de 3.854 em 2010 para 6.478 em 2023, sugerindo desafios de retenção relacionados a fatores como custo, qualidade de ensino e questões socioeconômicas.

Esses dados indicam uma transformação importante na educação superior da região, acompanhada de desafios estruturais. A disparidade entre a ampliação da oferta e a taxa de conclusão aponta para a necessidade de investigar barreiras como a evasão e o impacto das políticas públicas.

Quadro 3 – IES Pública e Privada em São José dos Campos

Ano	IES Total	Rede Pública	Rede privada
2010	30	8	22
2011	27	7	20
2012	28	8	20
2013	28	8	20
2014	29	7	22
2015	30	8	22
2016	31	9	22
2017	38	10	28
2018	47	10	37

2019	55	11	44
2020	63	11	52
2021	72	11	61
2022	82	11	71
2023	88	11	77

Fonte: Brasil, 2025

O quadro evidencia a evolução das Instituições de Ensino Superior (IES) em São José dos Campos entre 2010 e 2023, destacando a divisão entre redes pública e privada. O número total de instituições cresceu significativamente no período, passando de 30 em 2010 para 88 em 2023, refletindo uma ampliação expressiva da oferta de ensino superior na região. Esse crescimento foi liderado pela rede privada, que registrou um aumento de 22 instituições em 2010 para 77 em 2023, enquanto a rede pública apresentou uma expansão mais tímida, variando de 7 para 11 instituições no mesmo intervalo.

A predominância do setor privado ao longo do período é evidente, representando cerca de 88% das IES em 2023. Essa disparidade aponta para desafios relacionados à acessibilidade econômica, uma vez que o ensino superior privado pode limitar o acesso de estudantes de baixa renda. Além disso, o crescimento modesto da rede pública sugere a necessidade de políticas públicas voltadas para a ampliação do setor, de forma a garantir maior equidade no acesso ao ensino superior. Embora a expansão da rede privada tenha contribuído para a diversificação da oferta educacional, é fundamental avaliar como essas instituições estão impactando o desenvolvimento regional, especialmente no que diz respeito à qualidade e inclusão.

Quadro 4 – Grau acadêmico dos cursos ofertados em São José dos Campos

Ano	Cursos Totais	Bacharelado	Licenciatura	Tecnológico
2010	276	112	65	99
2011	271	113	57	101
2012	309	125	64	120
2013	328	134	66	129
2014	397	150	91	157
2015	430	160	97	174
2016	471	170	116	186
2017	562	195	142	225
2018	692	233	180	279
2019	912	307	210	396
2020	1261	426	273	563

2021	1566	515	315	736
2022	1865	640	340	882
2023	2309	792	405	1108

Fonte: Brasil, 2025

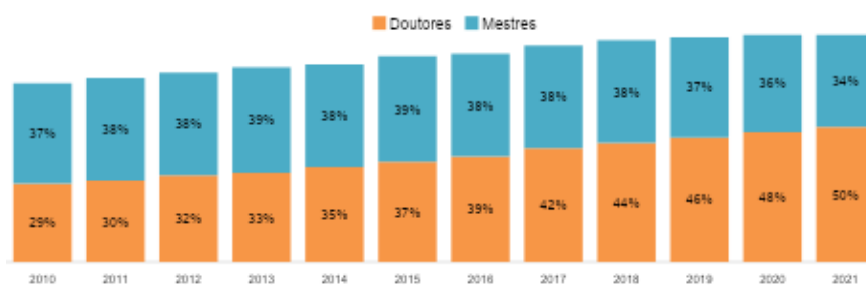
A tabela apresenta a evolução do grau acadêmico dos cursos ofertados em São José dos Campos entre 2010 e 2023, com destaque para bacharelado, licenciatura e cursos tecnológicos. O número total de cursos cresceu significativamente no período, passando de 276 em 2010 para 2.309 em 2023, evidenciando uma diversificação e expansão da oferta de ensino superior na região.

Os cursos tecnológicos lideraram o crescimento, aumentando de 99 em 2010 para 1.108 em 2023, representando mais de 47% do total de cursos em 2023. Essa expansão reflete a crescente demanda por formações mais curtas e voltadas para o mercado de trabalho. Os cursos de bacharelado também cresceram substancialmente, de 112 em 2010 para 792 em 2023, indicando a manutenção da relevância dessa modalidade no ensino superior. Por outro lado, os cursos de licenciatura apresentaram crescimento mais tímido, passando de 65 em 2010 para 405 em 2023, embora tenham aumentado sua proporção nos últimos anos. Esses dados mostram um direcionamento da oferta educacional para atender tanto às demandas técnicas do mercado quanto à formação acadêmica e pedagógica.

Qualificação Docente em São José dos Campos, São Paulo

Antes de ingressar numa análise direta sobre a qualificação docente no município de São José dos Campos, observando as particularidades e os seus respectivos desdobramentos, importa para este artigo compreender a realidade do contexto nacional, partindo, portanto, de uma perspectiva macro para uma análise micro. Assim, será possível promover uma compreensão mais fidedigna sobre os aspectos que se manifestam na região foco deste estudo.

Gráfico 1 – Percentual de Docentes com mestrado e doutorado no Brasil em cursos presenciais



Fonte: Brasil, 2025

Como é possível perceber nos levantados acima: em 2010, os mestres predominavam no cenário docente; em 2015, há uma aproximação maior dos doutores em relação aos mestres; em 2016, o cenário se inverte; e, em 2021, o número de doutores alcança 50% do corpo docente. Nesse sentido, o gráfico revela que há um crescimento vigoroso de titulação *stricto sensu*, em que o contingente de docentes “apenas” graduados ou especialistas sofre um encolhimento de aproximadamente 16%. O ponto de inflexão demonstrado pelo gráfico, revela que há um reposicionamento das Instituições de Ensino Superior na contratação e promoção de professores com titulação no nível de doutorado.

O cenário no município de São José dos Campos, conforme aponta o quadro abaixo, demonstra uma realidade com peculiaridades distintas:

Quadro 5 – Qualificação docente no Ensino Superior: Cursos Presenciais em São José dos Campos

Ano	Docentes Totais	Graduação/Especialista	Doutores	Mestres
2010	1191	25%	38,5%	37,3%
2011	1331	27%	39,6%	33,4%
2012	1358	24%	42,3%	33,4%
2013	1391	26%	40,4%	33,8%
2014	1473	24%	43%	33,1%
2015	1463	23%	43,6%	32,9%
2016	1424	20%	44,5%	35,1%
2017	1396	14%	46,1%	39%
2018	1514	15%	50%	34,4%
2019	1509	12%	56,9%	30,6%
2020	1511	12%	58%	30,2%
2021	1465	12%	58,2%	30%
2022	1483	11%	58,7%	29,4%
2023	1508	11%	58%	31%

Fonte: Brasil, 2025

Em 2010, São José dos Campos apresentava um número de doutores ligeiramente à frente dos mestres, mas com o passar dos anos a diferença foi se tornando cada vez mais ampla. Em 2012, os doutores tornaram-se superiores a 40% do número de docentes no município e, posterior a 2018, ultrapassaram a metade chegando a 58% em 2023. Há que se pontuar que no contexto nacional, apenas em 2021 que os docentes titulados com doutorado chegaram a 50% do cenário geral.

Ademais, de 2010 para 2023, houve uma retração abrupta de especialistas atuando nas Instituições de Ensino Superior no município de São José dos Campos, tornando-se estes minoria residual. Já o número de mestres demonstra um “efeito empilhamento”, uma aparente migração para o doutorado e estabilização do segmento, demonstrando que há ainda um fluxo de entrada.

Um outro dado interessante, é que o corpo docente no período de 2010 para 2023, cresce em 26,6%, porém com flutuações no período de 2016 e 2017. Isso demonstra que houve seleção de perfis mais titulados, mas sem grande extensão de vagas.

No mapeamento **amplamente desenvolvido**, faz-se mister ainda evidenciar as categorias administrativas das IES em São José dos Campos, a fim de possibilitar a análise de dados relevantes para a compreensão do quadro do corpo docente do ensino superior no município.

Quadro 6 – Qualificação docente por categoria administrativa:
Cursos Presenciais em São José dos Campos

Ano	Pública Federal		Pública Estadual		Privada	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
2010	15,8%	80,2%	24,8%	69,3%	44,3%	24,9%
2011	12,4%	85,3%	26,0%	61,3%	40,4%	24,9%
2012	11,4%	85,7%	29,3%	58,7%	41,4%	26,3%
2013	11,7%	87,5%	29,3%	59,2%	40,3%	25,7%
2014	11,0%	88,6%	27,2%	63,1%	40,4%	27,3%
2015	7,1%	91,7%	23,6%	62,5%	42,0%	27,1%
2016	9,4%	88,8%	24,9%	66,5%	44,2%	28,6%
2017	9,5%	88,2%	24,1%	68,2%	51,1%	29,1%
2018	9,8%	87,9%	26,6%	64,7%	46,1%	31,8%
2019	8,5%	89,4%	26,9%	64,7%	40,5%	41,8%
2020	8,0%	90,6%	25,1%	67,1%	42,2%	40,2%

2021	8,1%	91,4%	26,3%	65,6%	39,8%	43,0%
------	------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Brasil, 2025

As tendências por segmento demonstram que há mais de 90% de doutores desde 2015 na esfera pública federal, com a queda dos mestres para abaixo de 10% no mesmo período. Já na esfera estadual, há uma curva em “U”, pois no período de 2010 e 2012, o número de doutores sofreu uma queda, recuperando em 2017 e, depois, voltou a oscilar. No setor privado, o ponto de virada acontece entre 2018 e 2019, com o aumento de 10 pontos percentuais no número de doutores e uma queda de aproximadamente 6% de mestres.

Os dados levantados pelo INEP (Brasil, 2025), mostram a presença de mais um fator de diferenciação nos dados correspondentes ao período de 2022 e 2023, a saber: as Instituições de Ensino Superior com fins lucrativos e sem fins lucrativos.

Quadro 7 – Qualificação docente por categoria administrativa, acrescentando as IES com fins lucrativos e sem fins lucrativos: Cursos Presenciais em São José dos Campos

Ano	Pública Federal		Pública Estadual		Privada com fins lucrativos		Privada sem fins lucrativos	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
2022	10%	89,2%	24,8%	67,7%	40,3%	43,1%	34,2%	48%
2023	9,5%	90%	26,9%	65,5%	44%	42,3%	32,9%	49,8%

Fonte: Brasil, 2025

De acordo com os dados acima, na esfera pública, a dimensão federal aumenta o número de mestres e oscila de forma sutil em relação ao número de doutores. Já na esfera estadual, mantem-se basicamente a mesma porcentagem com poucas mudanças no mesmo período.

Os pontos de maior atenção estão na esfera privada, em que se revela uma grande discrepância entre as instituições de categorias diferentes. A heterogeneidade privada se dá no fato de que há uma maior densidade doutoral nas IES sem fins lucrativos a *contrario sensu* as IES com fins lucrativos tendem ao perfil mais profissionalizante em que os mestres ultrapassam 44% em 2023 e a fatia de doutores recua ligeiramente para 42,3%.

A desindustrialização na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale)

De acordo com Santos e Vieira (2023), a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo (RMVale) é uma das principais regiões do Brasil no que diz respeito à industrialização. No ano de 2012, devido à sua trajetória de industrialização, desenvolvimento e urbanização, esta região passou a ser reconhecida como “região metropolitana”. Estando situada estrategicamente entre duas grandes metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, a RMVale foi favorecida por meio dos investimentos em logística, a integração da comunicação entre esses dois centros de desenvolvimento econômico e o transbordamento das atividades econômicas de São Paulo (Vieira e Santos, 2012).

A partir da década de 1950 (Vieira e Santos, 2012), mesmo que a região tivesse certa representatividade de atividades econômicas em período anterior, alguns fatores favoreceram para que houvesse a modernização e industrialização da RMVale de forma amplificada, como a construção da Rodovia Presidente Dutra (que conecta São Paulo e Rio de Janeiro) e a criação do Instituto Tecnológico Aeroespacial (ITA).

Às margens da Rodovia Presidente Dutra, o crescimento e desenvolvimento regional concentrou-se em razão de investimentos públicos e privados que procuraram consubstanciar a economia de escala, a eficiência logística e a comunicação (Santos e Vieira, 2023). De acordo com a tabela abaixo, é possível observar que, em todo o RMVale, **em razão do fator já exposto**, apenas 7 municípios, dos 39 da região, se desenvolvem de forma mais acentuada, demonstrando, portanto, que a industrialização não é um fenômeno homogêneo.

Tabela 1 - População e área dos municípios selecionados da RMVale

Localidades	Área em Km ²	População em 2021
Caçapava	368,99	95.752
Cruzeiro	305,70	82.895
Guaratinguetá	752,63	123.192
Jacareí	464,27	237.119

Pindamonhangaba	730,20	171.885
São José dos Campos	1.099,40	737.310
Taubaté	625,00	320.820
Total	4.346,19	1.768.973
RMVale	16.177,76	2.599.236

Fonte: Santos e Vieira, 2023

Os municípios apresentados especificamente na tabela 1 representam a concentração de Produto Interno Bruto (PIB) e da população, com destaque em São José dos Campos e Taubaté, exercendo tais municípios um impacto relevante nos indicadores que mensuram as condições de desenvolvimento regional. Na tabela 2, do período de 2010 a 2019, é possível observar que enquanto no contexto nacional a variação percentual de empregos formais é pequena, mas positiva, na região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte é negativa, sendo fortemente influenciada pelos indicadores do município de São José dos Campos (Santos e Vieira, 2023).

Ademais, os autores (Santos e Vieira, 2023) apontam que este impacto negativo sobre o município supracitado está intimamente ligada ao fato de que as empresas multinacionais se concentram nos municípios de São José dos Campos e Taubaté, enquanto as outras cidades, em tela, têm sua economia baseada na indústria nacional. Por isso, é possível observar que os municípios que tiveram melhor desempenho tiveram sua economia ancorada na produção para o mercado interno brasileiro.

Tabela 2 - Total Geral de Empregos Formais

Localidades	Dezembro 2010	Dezembro 2019	Variação absoluta	Variação percentual
Brasil	38.199.518	38.970.054	770.536	2,02%
Estado de São Paulo	12.015.182	12.121.349	106.167	0,88%

RMVale	532.054	530.296	-1.758	-0,33%
São José dos Campos	206.637	177.519	-29.118	-14,09%
Taubaté	81.607	73.845	-7.762	-9,51%
Jacareí	40.657	43.416	2.759	6,79%
Pindamonhangaba	31.398	32.051	653	2,08%
Guaratinguetá	26.692	28.677	1.985	7,44%
Caçapava	21.625	22.271	646	2,99%
Cruzeiro	16.248	14.490	-1.758	-10,82%

Fonte: Santos e Vieira, 2023

A tabela 3 mostra os municípios de Guaratinguetá com crescimento de -27,48% no PIB industrial e de -29,03% no PIB total e Pindamonhangaba com crescimento -20,41% no PIB industrial e -29,84% no PIB total, no período de 2010 a 2019. Esta variação positiva tanto no PIB da indústria como no PIB total se dá ao fato de que estes municípios possuem um perfil econômico voltado ao mercado interno e infraestrutura.

No sentido contrário, o Brasil demonstra uma retração de -12,81% e o estado de São Paulo de -21,37%, sendo que na RMVale a queda foi ainda mais significativa. Taubaté, por exemplo, apresentou uma redução de -33,88% do PIB industrial e de -16,65%, já São José dos Campos sofreu uma queda de -14,06% na indústria e no PIB geral de -1,22%.

Tabela 3 - Variação no PIB dos municípios selecionados de 2010 a 2019, em percentual – a preços de 2010

Municípios	Variação no PIB da Indústria	Variação no PIB Total
Brasil	-12,81%	8,03%
Estado de São Paulo	-21,37%	5,02%
Caçapava	-37,86%	-17,54%

Cruzeiro	-25,77%	-5,01%
Guaratinguetá	27,48%	29,03%
Jacareí	-16,35%	17,58%
Pindamonhangaba	20,41%	29,84%
São José dos Campos	-14,06%	-1,22%
Taubaté	-33,88%	-16,65%

Fonte: Santos e Vieira, 2023

Tais dados demonstram que a contração do setor industrial impacta diretamente a economia municipal, especialmente para territórios que possuem suas atividades econômicas voltadas para o mercado internacional. Já para os municípios que possuem sua economia voltada para o mercado interno e infraestrutura demonstraram-se mais resilientes às mudanças que ocorreram nesse período.

Destarte, é possível destacar que a variação de PIB no contexto da RMVale não passou por uma substituição estruturada da base industrial para outras atividades econômicas capazes de sustentar e propiciar o desenvolvimento da região. Ainda, a queda do setor industrial comprometeu a geração de empregos, o dinamismo econômico e a arrecadação pública, em que a perda da centralidade da indústria na estrutura econômica da região provocou sérias implicações para o desenvolvimento sustentável regional.

Considerações finais

Diante do exposto, este artigo demonstra que houve um crescimento das Instituições de Ensino Superior (de 30 para 88), bem como a ampliação da oferta de cursos de graduação (de 276 para 2.309) no município de São José dos Campos, no período entre 2010 e 2023. Entretanto, o número de concluintes cresceu apenas 68%, saindo de 3.854 para 6.458 alunos diplomados. Esse “inchaço sem êxito” se agrava com a retração industrial (-14,06%) e de oferta de empregos de -20,65%, neste mesmo período. Portanto, neste período, enquanto a capacidade formativa se

expande em escala, a força produtiva, que absorvia historicamente a mão-de-obra qualificada, tem uma retração significativa.

Do ponto de vista da teoria das capacidades, o aumento de vagas universitárias deveria significar a amplificação das liberdades humanas, no entanto, sem uma estrutura econômica capaz de promover oportunidades reais para o trabalho digno, esses recursos não se tornam efetivos.

Outro indicador relevante para se analisar com os dados levantados é que a proporção de doutores sobe de 38,5% para 58%, entretanto 88% das instituições localizadas no município são privadas e majoritariamente com fins lucrativos. Considerando o pensamento de Bourdieu, esse arranjo do setor educacional estaria amalgamado com a lógica de mercado, em que o capital cultural institucionalizado é abundante no que diz respeito ao corpo docente, entretanto este é distribuído a um corpo discente caracterizado por mensalidades, evasão e cursos de curta duração, que carregam menor prestígio simbólico. Essa grande emissão de certificados, promove uma inflação que resulta num número maior de pessoas diplomadas competindo por menos postos qualificados.

O avanço acelerado dos cursos tecnológicos (de 99 para 1.108) demonstra que há uma tentativa de se alinhar a formação a nichos de serviço e Tecnologia da Informação, mas não recompõe o efeito multiplicador da cadeia produtiva. Desta forma, a região corre o risco de transformar as Instituições de Ensino Superior em grandes empresas de consumo educacional, dependentes de demanda interna de baixa renda e de financiamento estudantil, mais do que os motores de inovação regional.

É necessário que seja proposto um planejamento para a RMVale para que haja uma resposta eficiente para a trajetória assimétrica produzida nos últimos anos, que consubstancia nos seguintes elementos: mais Instituições de Ensino Superior, retração industrial e estagnação no PIB.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior: Resultados**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRAVERMAN, H. **Labor and Monopoly Capital**. New York: Monthly Review Press, 1974.

DIB, Natália Brasil; DUTRA, Carlos Eduardo Pereira; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **A superação do reducionismo epistemológico na educação: um panorama do problema**. Revista Plurais – Virtual, Anápolis: jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/7552/5298>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DIOGO, Maria Fernanda; BIANCHETTI, Lucídio. **Qualificação docente e desenvolvimento regional: um estudo de caso em uma faculdade municipal**. Revista Eletrônica de Educação, 2020.

GUIMARÃES, Nádia. **Qualificação como relação social**. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. Dicionário da educação profissional em saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2008.

KUZNETS, S. **Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLAS-GALLART, J. et al. **Measuring third stream activities. Final Report to the Russell Group of Universities**. Brighton: University of Sussex, 2002.

NETO, Aristides Monteiro; VIEIRA, Danilo Jorge; MACEDO, Fernando César de. **Crescimento e configuração regional do sistema de ensino superior brasileiro no século XXI**. In: MACEDO, Fernando Cezar de; NETO, Aristides Monteiro; VIEIRA, Danilo Jorge (org.). Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI. Brasília: Ipea, 2022.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. Educação & Sociedade, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXy5y7mFRqRjX7m>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes; BENEVIDES, Mário Henrique Castro. **Condições de trabalho na educação superior e organização docente na perspectiva recente das políticas educacionais brasileiras**. *O Público e o Privado*, Fortaleza, jan./jun. 2015.

SANTOS, Moacir José dos; VIEIRA, Edson Trajano. Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil: o caso da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte do estado de São Paulo. In: ESTUDOS DE HOMENAGEM A JOSÉ DA SILVA COSTA. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2023.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior - 14ª edição: Brasil**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/home/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José. **Industrialização e desenvolvimento regional: política do Codivap no Vale do Paraíba na década de 1970**. *Desenvolvimento Regional em Debate*, Canoinhas, v. 2, n. 2, p. 161-181, nov. 2012